

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: último Hora Class.: 236

Data: 27/06/86 Pg.: _____

4468 Comunidade indígena quer ter representante na Constituinte

Goiânia (Sucursal) - "O índio precisa ser ouvido no Congresso Nacional, mas precisa que ele mesmo vá defender seus direitos. Acho que é chegada a hora de definirmos a nossa luta". Assim entende o índio Idjarruriee Idjarruri Karajá, que lançou sua candidatura à convenção do PMDB, a se realizar no próximo dia 5 de julho, em Goiânia.

Com a vaga praticamente garantida - o diretório regional informou que todos passarão pela convenção face ao grande número de vagas existentes - Idjarruri começa a justificar sua candidatura perante o eleitorado. Explica que "ela foi considerada imprescindível pela comunidade indígena. Há indefinições na Constituição atual, principalmente em relação à demarcação das terras indígenas. Então os índios necessitam de alguém que possa defender seus interesses".

Adjarruri tem alguns objetivos a nível de Constituinte e lembra que a atual Constituição prevê que o índio tenha penas o usufruto da terra, "quando pretendemos o título de propriedade coletiva". A demarcação das terras e o reconhecimento das tribos indígenas do País como micronações que habitam o território brasileiro são outros pontos que nortearão a luta de Idjarruri. Entende que o candidato que "com as definições sobre a terra que pertencem aos indígenas acabará a especulação que tem gerado conflitos entre índios e brancos". Sobre as micronações, os índios entendem que só desta forma poderão continuar a preservar sua cultura, flora e fauna.

CAMPANHA

Quanto à sua campanha, o candidato informou que pretende realizar um trabalho a nível de universidade. "Acredito nos jovens que lutam por mudanças e pela participação das minorias. Aliás, o meu trabalho irá abranger os trabalhadores rurais e posseiros, que se identificam muito com o sofrimento dos índios".

Finalizando, Idjarruri Karajá garantiu que sua participação na Constituinte será consciente e séria. "Não quero uma participação exótica e folclórica, mas sim consciente e eficaz na luta pelos direitos dos povos indígenas e das minorias", frisou ele.

O candidato a vice-governador de Goiás pelo PDC, Joaquim Quinta, ex-

presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Araguaína, no "Bico do Papagaio", disse que para ele a reforma agrária voltada para os interesses sociais não deveria dar títulos, mas a concessão do uso da terra por um período determinado pelo Governo. O título definitivo seria depois de comprovada a permanência do lavrador na terra e a necessidade daquele trabalho para a manutenção sua e de sua família. Desta forma o ex-prefeito de Araguaína e de Corumbá acredita que teria fim as chamadas invasões profissionais tão conhecidas nas regiões de conflito. Joaquim Quinta teve a Fazenda Pontal, de sua propriedade desapropriada por decreto presidencial. Localizada no município de Itaguatins, a Fazenda Pontal possui título há mais de dez anos e conta com cerca de 170 alqueires. Considerada uma pequena propriedade, ela não se destina à agricultura, servindo apenas à pecuária.

REPÚDIO

Os líderes do PFL e do PDC repudiaram a aprovação, pela Assembléia Legislativa de Goiás, da transferência da usina hidrelétrica de Corumbá para o controle de Furnas. Segundo eles "o Parlamento cometeu um crime contra o governo do Estado, ao possibilitar, graças ao esforço concentrado da bancada do PMDB, a legalização do ilícito". E comunicaram o envio de correspondência ao ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, relatando "o crime praticado contra o patrimônio estadual". Justificaram mais uma vez suas posições destacando que "não se pode considerar como lícito as Centrais Elétricas de Goiás passar gratuitamente os serviços já executados pelo projeto", conforme observação de Tarzan de Castro, "nem como legal o comprometimento do Estado de Goiás com o pagamento da dívida anteriormente contraída para esse fim".

PREJUÍZO

Ainda sobre a transferência de Corumbá para Furnas, o líder pedecista disse "que a medida, ao ser aprovada, vedou às empresas goianas, quer públicas ou privadas, qualquer possibilidade de construção de novas hidrelétricas de Estado, haja visto que a Elettronorte, do Sistema Eletrobrás, já dispõe de autorização para a exploração do manancial hídrico dos rios Araguaia e Tocantins".